



JORNAL DO

Clube de Engenharia



ANO XLVI • Nº 513 • Rio de Janeiro • Novembro/Dezembro de 2011

Manifesto pelo avanço das empresas nacionais



Edison Varal Ag. Petrobras

Conselho Diretor aprova proposta de manifesto pelas empresas brasileiras de capital nacional e apresenta plano de ações práticas para a atuação do Clube de Engenharia. Páginas 7, 8, 9 e 10

Um congresso para entrar na história

Sucesso de público e conteúdo, X Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente reforça a tradição do Clube de Engenharia na luta pelo desenvolvimento sustentável. Páginas 4 e 5

150 mil contra a injustiça

Diretores, conselheiros, sócios e funcionários se unem à multidão que tomou a Av. Rio Branco na marcha em defesa dos royalties do Rio. Página 16

Homenagem aos 80 anos de Saturnino Braga

Um almoço foi oferecido em homenagem às oito décadas de vida de um dos mais ilustres sócios do Clube de Engenharia, patrimônio da história da cidade do Rio de Janeiro e do país: Roberto Saturnino Braga. Página 12



Arquivo Clube de Engenharia

Braços abertos sobre a Guanabara

Os 80 anos de um monumento que nasceu da mente de um sócio do Clube de Engenharia, que até hoje guarda parte das plantas e do material histórico das obras de planejamento e construção do Cristo Redentor. Página 3



Gerardo Magela/ Agência Senado

Clube entra na batalha do Código Florestal

Aprovado pelo Senado, Código Florestal segue para a Câmara enquanto fileiras se formam com a SBPC, ABC e outras entidades na batalha por um marco legal calcado em bases científicas. Página 6



EDITORIAL

Qualidade de vida e justiça social

Em outubro deste ano aconteceu a décima edição do nosso CBDMA. Quase trinta anos após a primeira, em 1984, quando nosso Congresso serviu como subsídio para o texto Constitucional de 1988, no que se refere às questões ambientais e suas implicações em nosso país e recursivamente em nosso planeta.

Do texto à ação transcorreram-se quase três décadas e, apesar do ceticismo reinante da maioria dos palestrantes convidados para a edição do Congresso deste ano, muitos tentaram apontar soluções para os diversos problemas pelos quais passam as populações das grandes cidades. Se por um lado, esta população citadina possui diversas vantagens de ordem funcional, por outro, sofre com a desigualdade social, que é a causa primeira da má qualidade de vida: falta de educação e de conscientização dos mais carentes geram toneladas de lixo espalhadas nas ruas dessas cidades.

Droga de todos os tipos geram a violência encontrada principalmente na arrogância dos jovens e no descaso com o espaço público: acidentes com veículos motorizados, torcidas organizadas, xenofobismos de todas as “cores e gostos”, prostituição, mendicância, corrupção passiva e ativa são os cenários normalmente encontrados nesses tristes espaços urbanos.

O descaso das autoridades públicas durante longos anos, aliado a nossa cultura, também contribui para esse quase terror: bueiros explodindo, iluminação pública precária, asfaltos e calçadas desniveladas e esburacadas, obras sem os devidos itens de segurança e informações necessárias aos “desavisados”, poluição sonora, mau cheiro, descortesia etc.

Poderíamos ainda, citar muito mais. No entanto, vamos ficar por aqui no quesito realidade e seguir a partir dos nossos sonhos, dos sonhos de cada um dos que preferiram suas palestras, buscando soluções adequadas na busca de um espaço urbano mais saudável, tolerável, apesar de tudo.

Aqui não cansaremos os leitores tentando resumir todas as palestras, pois nas próximas páginas vocês encontrarão os textos dos nossos competentes jornalistas sobre os principais temas abordados durante o X CBDMA. Todos eles traduzidos, editados e publicados no nosso sítio em tempo real, durante os três dias do nosso evento.

Valeu muito a pena essa edição do CBDMA, trabalho de um ano – principalmente da Comissão Temática, e da nossa Conselheira Maria Alice Ibañez, com a sua atuação incansável. Sem medo de errar, acreditamos que foi dos eventos mais significativos realizados sobre a sustentabilidade das cidades em nosso país, superando todas as expectativas e objetivos esperados. Sem dúvida alguma, foi e será um marco norteador para as futuras ações nessa área, de fundamental importância para a garantia da vida em nosso planeta.

Profissionais de todas as regiões brasileiras, e também de um país europeu, contribuíram com as discussões geradas nesse Congresso. Foram dias proveitosos que marcaram definitivamente a todos, seja pelo nível técnico dos assuntos abordados, seja pela adesão e comprometimento demonstrados por todos os participantes. O evento teve o poder de mobilizar e coroar alunos e professores pelos seus trabalhos técnicos. Mais que isso, de indicar novas perspectivas e rumos ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável e das novas gerações de profissionais que deverão ser denominados, a partir de então, de sustentabilistas, parafraseando os nossos queridos e orgulhosos desenvolvimentistas de outrora. Boa leitura a todos e um eloquente muito obrigado.

A Diretoria

CARTA À DIRETORIA

Saudação, ainda que tardia...

O nosso Clube de Engenharia vive dias gloriosos pois celebra 130 anos de eventos democráticos e lutas patrióticas. O Brasil ainda era monárquico e escravagista quando um grupo de personalidades uniu-se para dar-nos uma associação de realizações materiais em meio à luta de tantas personalidades que enxergavam na libertação dos escravos uma nova aurora para o nosso País. Perene gratidão a Edison Passos, Lauro Muller e tantos outros que, além de profissionais, tinham almas de poeta como Castro Alves e Gonçalves Dias e sonhavam com um futuro radioso para o País. Propugnavam nessa associação de engenheiros por liberdade e solidariedade. Foi o nosso lema. Passaram-se tantos anos e o Clube manteve e propugnou por um mundo melhor.

Quando fomos mergulhados na guerra cruel de 1939 à 1945 que desprezava e desrespeitava os Direitos Humanos, colegas nossos pegaram em armas na Força Expedicionária Brasileira para que os homens pudessem gozar da liberdade de palavra, de crença e liberdade de viver a salvo do temor e da necessidade - a mais alta aspiração humana. Em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Hoje o Clube de Engenharia completa com orgulho os 130 anos de existência. Juntos, unidos, continuaremos na defesa dos nobres ideais para os quais nascemos. A todos os que por aqui passaram e prosseguem mantendo a chama de uma Engenharia melhor para um país mais justo e feliz, o cordial abraço carinhoso dessa Diretoria, presidida por Francis Bogossian, extraordinário presidente que será sempre lembrado, nos anos a seguir.

Saudamos com orgulho os 130 anos do Clube de Engenharia.

Julio Niskier.



Clube de Engenharia
Fundado em 24 de dezembro de 1880

Presidente
Francis Bogossian
1º vice-presidente
Manoel Lapa e Silva
2º vice-presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretores de Atividades Institucionais
Manoel Lapa e Silva
Fernando Leite Siqueira
Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
José Stelberto Porto Soares
Júlio Niskier

Diretores de Atividades Financeiras
Luiz Carneiro de Oliveira
Manoel Lapa e Silva
Ricardo Rauen Ferreira

Diretores de Atividades Patrimoniais
Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
Jaques Sherique
Luiz Carneiro de Oliveira

Diretores de Atividades Administrativas
Virginia Maria Salerno Soares
Jorge Antônio da Silva

Diretores de Atividades Técnicas
Abílio Borges
Paulo Cesar Smith Metri
Virginia Maria Salerno Soares

Diretores de Atividades Culturais e Cívicas
Paulo Cesar Smith Metri
Jorge Antônio da Silva
Ricardo Rauen Ferreira

Diretores de Atividades Sociais
Jaques Sherique
Jorge Antônio da Silva

Diretores de Atividades da Sede Campestre
José Stelberto Porto Soares
Jorge Antônio da Silva

CONSELHO FISCAL
Efetivos
Carlos Prestes Cardoso
Danton Voltaire Pereira de Souza
Arnaldo Dias Cardoso Pires
Suplentes
Jorge Nisenbaum
Antonio Elisimar Belchior Aguiar

CONSELHO EDITORIAL
Efetivos

Edson Monteiro
Sérgio Augusto de Moraes
Paulo de Oliveira Lima Filho
Francisco de Assis Silva Barreto
Sebastião José Martins Soares
William Paulo Maciel
Suplentes
Carlos Antonio Rodrigues Ferreira
Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves
Oduvaldo Siqueira Arnaud
Newton Tadachi Takashina

SEDE SOCIAL
Edifício Edison Passos
Av. Rio Branco, 124 – CEP 20148-900 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237
atendimento@clubedeengenharia.org.br
www.clubedeengenharia.org.br

SEDE CAMPESTRE
Estrada da Ilha, 241 – Ilha de Guaratiba
Telefax: 2410-7099

REDAÇÃO
Editora e jornalista responsável
Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903
Textos: Rodrigo Mariano – Reg. Prof. 32.394/RJ
Estagiária: Marina Nardino
Colaboração: Márcia Ony
Revisão: Rita Luppi
Editoração: Stefano Figalo/ Espalhafato Comunicação
Impressão: Folha Dirigida

Patrocínio





ESPECIAL

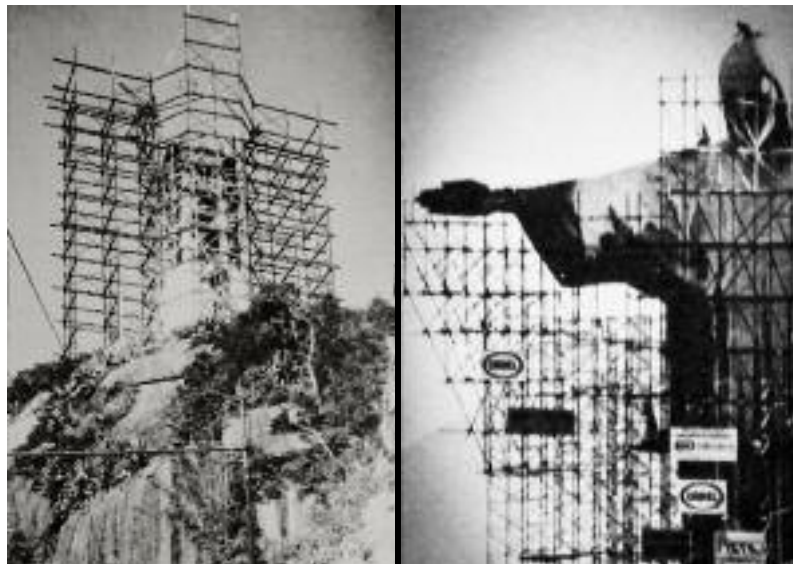
Cristo Redentor: símbolo do Rio com a marca do Clube de Engenharia

O monumento mais famoso do Brasil completa 80 anos. Integrante do seleto grupo das sete Maravilhas do Mundo Moderno, seu idealizador e projetista viveu a rotina do Clube por mais de 30 anos.

A cidade do Rio de Janeiro comemorou, no último dia 12 de outubro, os 80 anos de um monumento que transcende o status de principal cartão-postal da cidade maravilhosa, de ícone religioso de um povo plural. Eternizado por Tom Jobim nos versos do *Samba do Avião* e visitado diariamente por milhares de autoridades, celebridades, turistas do mundo todo, o Cristo Redentor é parte do espírito do Rio, símbolo da alma carioca e do caloroso abraço do povo de uma das mais belas cidades do mundo.

Notável obra de engenharia, o Cristo é também a concretização da competência da arquitetura nacional e da superação de limites; um símbolo constante que, do alto dos 710 metros de Corcovado, lembra a todos até onde a inteligência nacional pode chegar. A obra foi feita na década de 1920, em pouco espaço, sem estrada de rodagem ou água disponível, fruto de doações de fiéis de todo o país.

Concebido inicialmente por Carlos Oswald carregando uma cruz e um globo terrestre nas mãos, o projeto do Cristo foi modificado para que fosse reconhecido a qualquer distância. Redesenhado por Oswald, a forma da cruz passou a ser representada no gesto que fez do monumento um símbolo de carinho à cidade: um abraço sobre a Baía de Guanabara. O projeto precisou de dez anos de cálculos, maquetes e algumas missões brasileiras a Paris, onde morava o escultor Paul Landowski, responsável pela cabeça de 30



Imagens da construção do Cristo Redentor doadas ao Clube por Heitor da Silva Costa

toneladas e pelas mãos da estátua, cada uma com 3,2 metros. O concreto armado, na época uma novidade, foi utilizado no lugar do metal e revestido com pedra sabão, resistente à temperatura e ao tempo.

O SÓCIO PROJETISTA

No caso específico do Cristo Redentor, o Clube de Engenharia é parte mais que presente da história. O homem por trás do projeto vencedor, engenheiro civil Heitor da Silva Costa, formado em 1917 pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro – hoje da UFRJ –, era sócio do Clube de Engenharia há quase três décadas quando venceu, por escolha popular, o concurso para selecionar qual seria a imagem a ser construída no topo do Corcovado.

Heitor sempre teve ciência de que a obra que liderava não era algo corriqueiro. Em discurso publicado pela revista “Technica e Arte” de fe-



Arquivo Clube de Engenharia

vereiro de 1929, declara que, uma vez concluído, o monumento daria particular notoriedade à cidade, colocando-a em pé de igualdade com outras no mundo: “Como ninguém pode ir a Paris sem subir no alto da torre Eiffel; como não pode entrar no Porto de Nova York sem avistar a estátua da Liberdade; não se poderá falar da cidade do Rio de Janeiro sem fazer referência ao Cristo”. Talvez por isso, o perfeccionismo foi uma das características mais marcantes de Heitor na concepção da estátua. “Tive que considerar três pontos de vista principais: do alto mar, da cidade e da base do pico. Não tendo encontrado fotografos com a necessária precisão, tive de empregar o processo de quadriculação, sendo preciso determinar a posição de cerca de 136 mil pontos e executar perfis numa extensão de mais de 16 quilômetros”, destaca.

A HISTÓRIA GUARDADA PELO CLUBE

Confiando no Clube como guardião da história da engenharia nacional, Heitor doou à biblioteca os originais de diversas publicações que, entre 1929 e 1931, trouxeram extensas matérias com o acompanhamento do projeto e da obra. Entre as revistas está a reedição especial da *O Cruzeiro* de 1931, dedicada ao Cristo Redentor. “Afim de atender o grandíssimo número de instantes solicitações e porque a tiragem de *O Cruzeiro*, consagrada ao Cristo Redentor, se esgotou instantaneamente, deliberamos reeditar (...) a exaustiva monografia que representa a revista *O Cruzeiro* de 10 de outubro de 1931”, explica o texto do editorial.

O volume único, cuidadosamente encadernado em veludo roxo com título em dourado “Clube de Engenharia – Christo Redemptor” traz material ainda mais raro: alguns dos estudos e cálculos estruturais do monumento. O material é uma valiosa fonte de pesquisa e já foi consultado e copiado até mesmo pela própria família de Heitor para exposição.

CBDMA

o futuro da espécie em xeque-mate



Nos dias 26, 27 e 28 de outubro o Clube de Engenharia realizou o X Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente (CBDMA), uma tradição de quase 30 anos na instituição.

Com um auditório lotado, o CBDMA foi aberto com um choque de realidade trazido por Sérgio Besserman Vianna, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento e Governança Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro. Economista, vencedor de prêmios pelo seu trabalho pelo meio ambiente e membro do conselho diretor da ONG WWF-Brasil, Besserman descartou que a humanidade está se matando em ritmo acelerado. “O planeta já passou por problemas muito maiores do que o pior que nós representamos. A Terra já viveu 33 grandes extinções, 15 delas fortes e 5 grandes apocalipses. Estamos gerando o nosso apocalipse”.

De acordo com o economista, a desertificação, o esgotamento do nitrogênio, o alargamento do buraco na camada de ozônio, a escassez de recursos hídricos e a acidificação dos oceanos, a

extinção da vida e a desestabilização climática apontam para um futuro não muito distante completamente imprevisível para a vida humana. A incerteza permeou o discurso de Besserman, que destacou que não há como saber o impacto que a extinção de 40% das espécies do planeta até 2050 pode causar para o ser humano. Também não há como prever o resultado de um aquecimento superior a 2 graus. “Não há o que ser feito para frear o aquecimento de 3 graus nas próximas décadas. Se tudo continuar como está, podemos chegar aos 7 graus de aquecimento e não há como saber o que isso significa. Se quisermos parar nos 3 graus já conquistados é necessário uma revolução completa. Estamos falando de abandonar uma civilização e construir uma economia completamente nova, de uma nova sociedade”, alertou.

Essa nova sociedade apontada por Besserman foi reforçada por Antonio Canuto, secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra. O padre falou da violência no campo e destacou que, por trás dela, há o modelo de desenvolvimento. “Esse modelo predador, que espolia os que menos tem

A décima edição do Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente, um dos primeiros criados no Brasil para debater e lutar pela gestão racional e sustentável do meio ambiente planetário dá o alerta para a necessidade e a urgência de ações imediatas

Fotos: Péricles Pinheiro Filho



O padre Antonio Canuto traça a relação direta entre violência no campo e o modelo de desenvolvimento escolhido pela sociedade

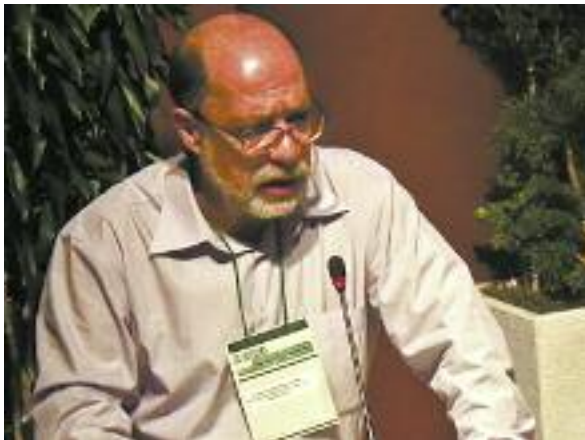
e concentra o poder da terra, da riqueza, nas mãos de poucos está fadado ao fracasso. Há hoje uma economia delinqüente de grilagem de terra e de desmatamento desmedidos. O estado entregou a propriedade da terra para o particular como se fosse bem dele e, por isso, não tem hoje competência pra resolver essas questões”, alertou. Números e dados se sucederam, painel após painel, reforçando o fator emergencial colocado por Besserman no primeiro dia de congresso. Segundo Dieter Carl Muehe, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, ainda nesse século, é provável que seja necessário retirar cerca de 1 milhão de pessoas das áreas baixas do Rio de Janeiro graças à elevação do mar em até 7 metros de altura.

LIXO E POLUIÇÃO

“Quem diz que lixo é riqueza, me dá o endereço que eu mando entregar as 9 mil toneladas que a cidade do Rio de Janeiro produz diariamente”



Thierry Jacquet apresenta o sistema de tratamento e despoluição usando plantas da flora do próprio ambiente instaladas em jardins



Sérgio Besserman abre o X CBDMA com o alerta para a necessidade de uma mudança radical e imediata de paradigmas

mente. Lixo é problema, dos sérios, e nós precisamos aprender a lidar com ele”. Foi assim que José Henrique Penido, Assistente Chefe da Diretoria Técnica e Industrial da Comlurb deu início à sua palestra sobre a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. O problema não é pequeno. Cerca de 62% do lixo têm destino inadequado no Brasil. Dos municípios do país, 72% utilizam lixões e aterros contra apenas 28% com aterros sanitários disponíveis.

A professora da COPPE/UFRJ, Marcia Dezotti apresentou outro problema relacionado ao lixo: o descarte de medicamentos em corpos d'água. Segundo ela, mesmo em concentração muito baixa, há poluentes de atividade biológica que acabam chegando à água através da urina, da água de chuveiros e pias ou mesmo pelo descarte inadequado de remédios. “Esses poluentes podem causar câncer de próstata e testículo, causar aborto, diminui-

ção da produção de esperma, entre outros males. Eles estão em todo lugar. Detergentes, pastas de dente, mamadeiras, remédios, produtos agrícolas e precisam ser degradados corretamente”, alertou.

O pesquisador José Luiz Magalhães Rios, coordenador da pós-graduação em Alergia e Imunologia da Faculdade de Medicina de Petrópolis, falou da contaminação dos ambientes existentes dentro dos edifícios selados e das várias doenças que podem surgir graças ao ar confinado. São construções totalmente dependentes de aparelhos de refrigeração para sua renovação. Cada vez mais, grupos inteiros de pessoas que dividem o mesmo ambiente fechado se queixam de irritações nos olhos, cefaléia, fadiga e mal-estar generalizado. Trata-se da Síndrome do Edifício Doente. De acordo com as pesquisas apresentadas por Rios, há questões paradoxais relacionadas aos edifícios selados: ao comparar 500 funcionários de um edifício selado e de um aberto, a qualidade do ar nos ambientes selados era melhor, uma vez que não



Marilene Ramos fala dos desafios das grandes cidades, tais como a universalização da distribuição de água, esgoto e tratamento de resíduos

captava a poluição da rua. Por outro lado, os sintomas são inversos. Segundo o pesquisador, os estudos precisam continuar. “Em termos de poluição do ar, eu recomendaria que houvesse uma política de monitoramento adequada. Faltam políticas públicas. Em São Paulo está muito melhor. O problema é mais sério e a sociedade está mobilizada”.

TRANSPORTE PÚBLICO

Mobilidade urbana, os desafios do transporte público de qualidade e os combustíveis renováveis, temas que têm recebido atenção especial do Clube de Engenharia nos últimos meses e que reuniu especialistas em um seminário realizado pela divisão técnica de Transporte e Logística (DTRL) no dia 10 de dezembro, também foram temas de destaque no X CBDMA. Rômulo Dante Orrico Filho, professor da COPPE/UFRJ e ex-subsecretário de transportes da cidade do Rio de

Janeiro apresentou alguns dos principais pontos que norteiam a área de transportes hoje, tais como a necessidade de se colocar o transporte na agenda política da cidade; reconhecer as mudanças urbanas e a necessidade de se reorganizar os esforços para reestruturar, inclusive financeiramente, a mobilidade em grandes centros urbanos; e o redirecionamento do uso do automóvel pessoal, entre outros.

Segundo Dante, as novas dinâmicas do mundo têm reflexos diretos nas cidades, que hoje se apresentam como policêntricas. “Se antes todos os caminhos levavam ao centro, hoje, já não é bem assim. No Rio, por exemplo, apenas 25% das pessoas utilizam o transporte público em direção ao centro. Há, ainda, uma maior distribuição das pessoas, que passam a ocupar espaços distantes do centro. Nos últimos trinta anos, Copacabana perdeu um terço de seus moradores.

UM POUCO DE ESPERANÇA

O último dia do CBDMA trouxe um sopro de esperança. O esforço dos últimos cinco anos da Petrobras para a geração de um combustível ecológico e a colocação do Brasil no grupo dos países que buscam alternativas para os combustíveis fósseis foi apresentado por João Augusto Araújo, gerente geral de Produção da Petrobras Biocombustível.

“O biodiesel no Brasil, além de ter papel óbvio de combustível nacional no planejamento estratégico do governo, é também vetor de desenvolvimento. A ideia é trazer para a indústria os pequenos agricultores, viabilizando a vida dessas pessoas”.

As mais novas tecnologias no tratamento do esgoto e das águas pluviais foram apresentadas por Thierry Jacquet, presidente da Phytorestore, empresa francesa que desenvolveu um sistema de tratamento e despoluição usando plantas da flora do próprio ambiente, instaladas como jardins, usando a natureza como ferramenta contra a poluição. O sistema desenvolvido pela empresa foi responsável pela limpeza de parte do Rio Sena, em Paris, e em outros empreendimentos ecológicos em todo o mundo. Embora essa solução natural para o controle da poluição, capaz de diminuir em cerca de 50% o esgoto lançado por uma família, já seja algo notável, Jacquet destacou a relevância do sistema para a Europa e outras áreas do mundo onde a água é um bem caro. “Na Europa, a água chega a custar três mil euros por ano. Em algumas áreas, é possível chegar a cinco mil euros. Trata-se de um problema real”.

CÓDIGO FLORESTAL

Somando forças por um Brasil mais verde

Conselho Diretor formaliza apoio às entidades da sociedade civil em defesa de um Código Florestal mais racional

Após passar pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Constituição e Justiça, no início do mês de dezembro, foi aprovado no Senado o novo texto do Código Florestal. Com 26 emendas acatadas e 60 rejeitadas, o texto segue para a Câmara dos Deputados com impasses não solucionados como, por exemplo, a recuperação das APPs. De acordo com notas e manifestações de ONGs e associações, nem ruralistas, nem ambientalistas estão satisfeitos com o novo texto. Em entrevista coletiva, a presidenta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a senadora Kátia Abreu (PSD/TO) promete: “vou trabalhar para que o texto seja obstruído na Câmara”.



Jorge Viana (PT/AC), relator do novo Código Florestal aprovado pelo senado, fala à imprensa sob os gritos de protesto de manifestantes

DEBATE REPERCUTE NO CLUBE

A reunião do Conselho Diretor do dia 7 de novembro foi marcada pela votação e aprovação do apoio formal do Clube de Engenharia ao Movimento de Defesa das Florestas, liderado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC). A nova bandeira do Clube é complexa e profundamente técnica, mas pode ser resumida em uma reivindicação simples: que o legislativo e o executivo levem em consideração pareceres técnicos e científicos para que possam não só aprovar um novo Código Florestal responsável, do ponto de vista social e ambiental, mas que também esteja de acordo com os anseios da sociedade civil, em detrimento dos interesses de pequenos grupos e seus lobistas.

O Movimento de Defesa das Florestas tem como uma de suas bases um documento publicado em junho de 2010, resultado dos estudos de um grupo de trabalho instituído pela SBPC e ABC que, à luz do conhecimento científico e tecnológico, analisou as mudanças apresentadas pelo PLC 30/2011 – na época, o Projeto de Lei nº 1.876/99 –, até então não votado pela Câmara. Ao

que tudo indica, os dados e argumentos que compõem o documento interdisciplinar foi desconsiderado. Ibá dos Santos, chefe da DEA, que representa o Clube no movimento foi um dos responsáveis pelo processo que envolveu o Conselho Diretor e culminou no engajamento formal do Clube. “Para o bem do Brasil, precisamos pressionar para que os legisladores levem em consideração as nossas sugestões”, ressalta.

O POSICIONAMENTO DOS ESPECIALISTAS

O Clube de Engenharia vem acompanhando de perto o andamento dos debates sobre o Código Florestal por meio das divisões técnicas especializadas relacionadas ao assunto – Engenharia do Ambiente (DEA), Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), Recursos Naturais Renováveis (DRNR), entre outras. No dia 10 de maio, antes da aprovação do texto apresentado pelo relator Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados, o Clube enviou documento a Marco Maia, presidente da casa, pedindo o adiamento da votação para que a sociedade civil fosse informada e para que contribuições técnicas pudessem ser encaminhadas de forma a enriquecer o debate, evitando perdas definitivas no patrimônio natural brasileiro.

No dia 26 de outubro, evento paralelo ao X Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente realizado pela DEA recebeu diversos representantes do Movimento de Defesa das Florestas para uma mesa redonda. Especialistas no assunto, como José de Arimatea, professor de Política, Legislação, Economia e Administração Florestal dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Rural, falaram de como o Código Florestal foi construído em 1965 por um grupo de engenheiros florestais a convite do Governo Federal, sofrendo alterações pertinentes ao longo dos anos e como as modificações que hoje são propostas caminham na contramão desse processo.

EQUÍVOCOS E PRIVILÉGIOS

André Ilha, diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA destacou o uso malicioso de informações equivocadas para privilegiar, por meio de lei, os interesses de um pequeno grupo. “A legislação ambiental brasileira nunca foi um entrave na produção agrícola do país. Pelo contrário, desde o início ela foi pensada justamente para garantir essa produção. Há um estoque extraordinariamente amplo, da ordem de milhares de hectares de terras abandonadas. O problema é que essas áreas, exploradas de forma irresponsável, estão pobres em nutrientes. Sua recuperação exige mais investimentos. É mais barato queimar a floresta e plantar por cima”, explica.

André também alerta para o que chama de “uma orquestração de setores mais atrasados e de seus representantes no Congresso Nacional para afrouxar a legislação ambiental para atender aos interesses privados e econômicos de pequenos grupos”. Ainda segundo Ilha, esse afrouxamento da legislação em pontos-chaves, como as áreas de preservação permanente (APPs), as encostas com mais de 45 graus, os topos dos morros e as margens dos rios, terá como consequência certa a perda da camada fértil do solo, o assoreamento dos corpos hídricos e o aumento das enchentes nas áreas urbanas.



Agência Petrobras

Estudantes acompanham a separação da água e do óleo em uma amostra de petróleo na Petrobras: um exemplo da aproximação entre uma empresa brasileira e a academia, contribuindo para a formação de mão de obra nacional

A defesa das empresas GENUINAMENTE nacionais

O Clube de Engenharia reafirma publicamente sua luta incansável pela prioridade às empresas genuinamente nacionais. O apoio a essas empresas, perdido ao longo do processo histórico alimentado pelo projeto neoliberal, especialmente na década de 1990, criou a conjuntura atual de total desrespeito à produção nacional. A decisão é fruto de intensos debates e estudos que envolveram um grupo de trabalho, criado no Conselho Diretor e formado por mais de uma dezena de conselheiros e diretores, em

agosto de 2011. Ao eleger o tema como uma de suas principais bandeiras, o Clube de Engenharia pensa o país de forma estratégica. O Brasil vive hoje um momento único em sua história. O tempo de estagnação econômica, da privatização irresponsável das empresas estatais e de vulnerabilidade externa nos campos financeiro e político ficou para trás. O início do século XXI é marcado pela conquista de um novo patamar no processo de desenvolvimento nacional.

Ao crescimento econômico impulsionado por

um importante processo de redistribuição de renda e inclusão social, somam-se melhores taxas de evolução do PIB, a realização de investimentos em setores básicos da economia e uma crescente responsabilidade ambiental. Completando o quadro da nova era que se abre para o Brasil, a descoberta da enorme reserva de petróleo nas camadas do Pré-Sal anunciam um novo ciclo de criação de riquezas e de uma forte onda de investimentos.

Para aproveitar as oportunidades que o país tem hoje e enfrentar os desafios que se colocam nesse caminho, o Clube propõe o estabelecimento de diferenciação entre empresas brasileiras e empresas brasileiras de capital nacional, nos moldes do Artigo 171, da Constituição Federal de 1988, revogado em 1995 pela Emenda Constitucional nº6/2005.

DERROTAS NACIONAIS

Para entender a importância do assunto, é necessário compreender a perda representada pela derrubada legal da diferenciação entre empresas brasileiras e aquelas que são de fato nacionais, inclusive no capital e no seu controle. O Artigo 171 da Constituição Federal tinha como propósito a garantia de proteção temporária às empresas de capital nacional, estabelecendo condições especiais na realização de atividades estratégicas para o desenvolvimento econômico do país. O dispositivo garantia, ainda, proteção permanente aos setores imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico nacional e preferência para fornecimento ao Poder Público.

A Emenda Constitucional nº 06/95, ao revogar o Art. 171, apagou da legislação brasileira a utilização do conceito de empresa brasileira de capital nacional, removendo o último entrave ao capital estrangeiro na disputa do mercado interno brasileiro. Extintos os benefícios e preferências, as empresas de fato nacionais passavam a figurar, em situação de inferioridade, nas disputas em nosso mercado interno com as gigantes estrangeiras.

De acordo com o segundo vice-presidente do Clube e presidente da AEPET, Fernando Siqueira, os governos Collor e FHC pioraram ainda mais a questão. Inicialmente, Collor derrubou as tarifas de importação em mais de 30%, expondo, em desvantagem, as empresas nacionais à concorrência com as de fora. Fernando Henrique, por sua vez, fez reformas de ordem econômica que desmontaram a Soberania Nacional, eliminando a diferença entre empresas brasileiras de capital nacional e as de capital estrangeiro e, jogando uma pá de cal, fez o decreto 3161/98, que

CAPA | CONSELHO DIRETOR



Membros do grupo de trabalho das empresas brasileiras de capital nacional. Da esquerda para a direita, Ricardo Latigé, Sebastião Soares, Manoel Lapa, Cesar Duarte, Paulo Metri e Luiz Edmundo Barbosa

isenta os equipamentos estrangeiros dos impostos federais de importação, sem a contrapartida da isenção de ICMS às empresas brasileiras”, explicou Siqueira, ressaltando que, como resultado, foram eliminados do mercado cerca de 8 mil fornecedores genuinamente brasileiros da Petrobras.

PROCESSO HISTÓRICO

O conselheiro Sebastião Soares, membro do grupo de trabalho que redigiu o Manifesto, avalia que se trata de uma questão histórica. Desde a década de 80, o Brasil vivia, do ponto de vista econômico, se debatendo com o processo inflacionário e com o recrudescimento do endividamento externo. Como consequência, foram adotadas, ainda no governo Figueiredo, políticas econômicas que cerceavam as empresas estatais: o BNDES não podia financiá-las e seus orçamentos eram contingenciados. À época, a perspectiva não era de desnacionalização e de privatização generalizada, mas sim do equilíbrio fiscal da União e da diminuição das dívidas.

A Constituição de 1988, denominada por Ulisses Guimarães “Constituição Cidadã”, foi um marco indiscutível na vida brasileira, incorporou disposições de reconhecimento de direitos, com um caráter extremamente democrático. Do ponto de vista econômico, ela consagrou uma posição importante reconhecendo o Estado Brasileiro como ente fundamental.

Internacionalmente, o processo neoliberal avançava e a América Latina se rendia a ele. No Brasil, uma corrente interna passou a explicitar um modelo de ‘inserção competitiva’ no pro-

cesso de globalização. “Esse modelo foi plenamente encampado pelo presidente Fernando Collor e sua ministra Zélia Cardoso. O pacote de março de 1990 foi o primeiro ato desse processo. Nasceu ali a Lei das Privatizações que consagrava legal, e definitivamente, o cerceamento de investimento, pelas estatais iniciado da década de 1980. O que já não podia ser feito, ou era dificultado, na década de 1980, de 1990 em diante, passou a ser completamente impossibilitado.

Se durante o governo Collor tinham sido colocadas em xeque basicamente as empresas deficitárias dos setores industriais, o governo Fernando Henrique reforçou o processo e as empresas superavitárias (como a

COLLOR DERRUBOU AS TARIFAS DE IMPORTAÇÃO EM MAIS DE 30%, EXPONDO AS EMPRESAS NACIONAIS À CONCORRÊNCIA COM AS DE FORA EM DESVANTAGEM. FERNANDO HENRIQUE, POR SUA VEZ, FEZ REFORMAS DE ORDEM ECONÔMICA QUE DESMONTARAM A SOBERANIA NACIONAL, ELIMINANDO A DIFERENÇA ENTRE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL NACIONAL E AS DE CAPITAL ESTRANGEIRO

CVRD) e as de infraestrutura (como as de telecomunicações e as distribuidoras de energia elétrica) entraram no planejamento da liquidação das estatais. Tentou-se até mesmo privatizar grandes geradoras hidroelétricas, a Petrobras, o Banco do Brasil e o BNDES! O Brasil se entregava completamente ao neoliberalismo. “A atividade produtiva já não mais importava, mas apenas as transações financeiras. A idéia era atrair capitais vendendo empresas e ativos estatais, abrindo a regulamentação para a entrada indiscriminada de recursos externos. A

desindustrialização não importava porque a globalização era financeira. Quase dolarizaram a economia brasileira, como fizeram Argentina, Peru e Equador! Então ‘financeirizamos’ a economia brasileira e vivemos as perversas consequências disso até hoje”, explica Sebastião.

O momento da mudança de paradigmas veio com o governo Lula e avança com o governo Dilma. A implantação de um modelo, focado na inclusão social e no mercado interno levou o desenvolvimento nacional a um patamar mais elevado, e mais sustentável, inclusive superando as enormes vulnerabilidades externas. No plano institucional, houve evolução extraordinária, com o resgate da importância do Estado no contexto nacional. Nesse aspecto, o Banco Central é emblemático: “Se no governo FHC o presidente da Instituição era um especulador internacional, no governo Lula um banqueiro assumiu o cargo. E, no governo Dilma, um servidor público, de carreira, preside o BACEN. Pela primeira vez em sua história o Banco não tem representantes do mercado financeiro em sua diretoria. Pela primeira vez, em nossa história, temos um Banco Central efetivamente independente, pois também o é em relação ao mercado! O momento para fortalecer as nossas empresas é esse. Não podemos perder essa janela de oportunidade”, defende Sebastião.

Para Carlos Ferreira, engenheiro especializado em Políticas Públicas e Governo, há ainda um fator externo que evidencia a necessidade de agir imediatamente: “Com a grave crise que assola a União Européia e os Estados Unidos da América, com repercussões no Japão e na Coreia do Sul, haverá forte pressão das empresas cujos produtos não mais encontram mercados naqueles países, no intuito de vendê-los aqui a qualquer preço. Isso é preocupante e exige medidas governamentais de proteção à produção nacional”, alerta.

A NOVA CONJUNTURA E O PLANO ESTRATÉGICO

Buscando minimizar e abrir o caminho para a derrubada da desvantagem que as medidas governamentais de Collor e FHC impuseram às empresas genuinamente nacionais, o Clube de Engenharia une suas forças para, com um plano de ação claro, fazer valer os interesses de um Brasil soberano.

Em Brasília, a conjuntura parece favorável. O governo Dilma vem sinalizando preocupação especial com o tema. O Plano Brasil Maior, a nova política industrial do governo, trouxe, além de incentivos, mecanismos de defesa do mercado



interno, como o estabelecimento de uma margem de preferência de até 25% para produtores nacionais nas compras governamentais. “O presidente Lula editou a Medida Provisória que permite essa opção”, explica Siqueira.

A proposta do Clube de Engenharia, expressa no Manifesto, tem como linha mestra a prioriza-

O CLUBE DE ENGENHARIA REAFIRMA PUBLICAMENTE SUA LUTA INCANSÁVEL PELA RESTITUIÇÃO DAS PRIORIDADES E PROTEÇÕES DAS EMPRESAS GENUINAMENTE NACIONAIS, PERDIDAS AO LONGO DE UM PROCESSO HISTÓRICO QUE, ALIMENTADO PELO PROJETO NEOLIBERAL DA DÉCADA DE 90, CRIOU A CONJUNTURA ATUAL DE TOTAL DESRESPEITO À PRODUÇÃO NACIONAL

ção da produção genuinamente nacional em licitações e encomendas governamentais; a exclusividade de financiamento do BNDES para essas empresas, bem como a criação de linhas especiais de crédito com juros da TJLP; a exigência

da associação de empresas multinacionais instaladas em parques tecnológicos com empresas nacionais apoiadas pela FINEP; a restrição da contratação dos “pacotes fechados de engenharia”, que amarram projetos a fabricantes e montadoras, entre outras ações que, em conjunto, devolveriam às empresas genuinamente brasileiras a oportunidade de crescer junto com o país em um ciclo virtuoso. Em um primeiro momento, o grupo optou por focar em três áreas produtivas: Defesa; Petróleo e Gás; e Energia elétrica. São áreas dinâmicas e que precisarão de grandes investimentos nos próximos anos, além de possuírem forte capacidade de desdobramentos para diversas outras áreas industriais. Segundo Siqueira, “todas as áreas precisam e merecem incentivo, mas há aquelas que, em curto prazo, podem gerar desenvolvimento sustentado para o país”.

Há caminhos possíveis para resolver a questão, ainda que em parte. Para Sebastião Soares, o Banco Central poderia aperfeiçoar o gerenciamento da conta IED – Investimentos Externos Diretos, onde é feito o registro do capital estrangeiro que ingressa no país – abrindo-a em pelo menos três categorias: investimento produtivo em associação com empresas genuinamente brasileiras, investimento produtivo em subsidiárias, e o capital meramente especulativo. A partir daí, basta estabelecer condições específicas para cada

PARA APROVEITAR AS OPORTUNIDADES QUE O PAÍS TEM HOJE E ENFRENTAR OS DESAFIOS QUE SE COLOCAM NESSE CAMINHO, O CLUBE PROPÕE O ESTABELECIMENTO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE EMPRESAS BRASILEIRAS E EMPRESAS BRASILEIRAS DE CPAITAL NACIONAL, NOS MOLDES DO ARTIGO 171 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, REVOGADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6/1995

tipo de investimento, de acordo com o que nos interessa. “É preciso diferenciar se o capital que chega ao país vem para comprar títulos e ações, apenas especulando; se entra para fortalecer e ampliar sua subsidiária produtiva e geradora de empregos; ou se entra para fazer um novo investimento produtivo e associado a empresa genuinamente brasileira”.

CRIANDO UMA PONTE

O grupo de trabalho responsável pela redação do Manifesto aposta no poder aglutinador do Clube de Engenharia na resolução de um dos problemas apontados: o fato das grandes compradoras nacionais e o próprio Estado brasileiro não conhecerem nosso parque produtivo. Na Inglaterra, nos EUA, na China os grandes compradores estatais conhecem seus fornecedores. Aqui, pouco conhecemos os nossos.

Para criar um cenário ideal de investimento, tanto no conhecimento do parque produtivo nacional, quanto no suporte legal – como o *Buy American Act* dos EUA –, o Estado tem que estar presente e os gestores envolvidos no processo. É nessa conscientização que entra o Clube de Engenharia, que pode promover eventos que aproximem o Estado, as empresas nacionais e os parques tecnológicos. Em um primeiro momento, das três áreas estratégicas escolhidas, no sentido de permitir que as compras nacionais passem a alimentar e promover o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do país. Sebastião tem noção do que vem pela frente, mas acredita na força do Clube: “É um desafio enorme, mas tenho esperança que, com o envolvimento do Clube, vamos conseguir avançar”.



MANIFESTO

EM DEFESA DA ENGENHARIA E DA EMPRESA BRASILEIRA DE CAPITAL NACIONAL

O Brasil vive um momento decisivo. Não obstante posicionado entre os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), não vem tendo o desenvolvimento correspondente ao seu potencial. Surge agora uma grande oportunidade.

A descoberta do Pré-Sal abre grandes perspectivas para que deixe de ser o eterno país do futuro e passe a ser o país do momento, do agora.

Geração de empregos de alta qualidade, avanços tecnológicos e geração de recursos imensos para aplicação em investimentos sociais, como saúde, educação e segurança, são alguns dos benefícios decorrentes dessa magnífica descoberta.

Neste momento da sua História, o forte desenvolvimento sustentado que se espera do Brasil, para que complete sua independência, requer uma sólida aliança entre o Estado, a engenharia, a empresa genuinamente nacional e os trabalhadores, fortalecendo as atividades produtivas.

Esta aliança torna-se imprescindível para enfrentar a crise decorrente da especulação internacional, que sacudiu o mundo em 2008 e agora volta com intensidade maior, de conseqüências imprevisíveis.

Entretanto, para que cresça, o País precisa ajustar sua legislação para fortalecer as empresas brasileiras de capital nacional, notadamente as do setor industrial, hoje ameaçadas pela “desindustrialização”.

Nas décadas de 70 e 80, o Governo criou mecanismos de proteção, através de várias iniciativas. Desde a criação da Petrobras, especialmente ao longo das décadas de 70 e 80, sua atuação foi decisiva para fortalecer as empresas brasileiras de capital nacional.

Com o apoio da tecnologia por ela gerada ou adquirida, repassada para o segmento fabril nacional, viabilizou-se a criação de 5.000 fornecedores de equipamentos e 3.000 fornecedores de serviços para a indústria do petróleo.

A partir da década de 90, toda a legislação de proteção e estímulo à criação de tecnologia brasileira e de proteção à empresa brasileira de capital nacional até então existente, foi derogada nos governos Collor e FHC.

O Governo Collor reduziu em mais de 30% as taxas de importação e revogou o arcabouço legal de proteção à engenharia nacional. Com relação ao setor supridor de bens e serviços para a área de petróleo, a partir de 1999 o Governo FHC embora tivesse agido igualmente ao isentar de tributos federais tanto os produtos nacionais quanto os importados, foi discriminatório quando atuou decisivamente para que os governos estaduais deixassem de cobrar o ICMS apenas sobre as importações, sem empenhar-se da mesma forma, para estender esse benefício aos produtos aqui fabricados. Uma verdadeira “pá de cal” sobre o fornecedor nacional desse setor.

Mais ainda. Determinou à Petrobras que passasse a comprar onde fosse mais barato, desprezando a exigência

de conteúdo local nas suas encomendas. Via de consequência, a maior parte daquelas 8.000 empresas nacionais fabricantes e fornecedoras de equipamentos e serviços para a indústria de petróleo foi fechada por falta de encomendas e, as poucas sobreviventes, foram desnacionalizadas.

Um país que baseia a sua economia em exportar matérias primas e importar produtos com maior valor agregado jamais conseguirá sua independência econômica. O Brasil, que possui recursos naturais, biodiversidade, água potável e uma incidência de energia solar como nenhum outro e, sobretudo, um povo trabalhador, criativo, persistente, destemido e forte, precisa proteger a sua indústria e avançar, de forma decisiva, nas próximas décadas, em uma trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental-sustentável.

O atual Governo deu um passo importante de apoio à empresa nacional ao emitir a Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010, determinando que... “nos processos de licitação poderá ser estabelecida uma margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas...”. Essa margem de preferência poderá ser de até 25% acima do preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

Sem dúvida é um avanço, mas ainda é pouco. O BNDES, por exemplo, deve ser orientado a financiar apenas empresas genuinamente nacionais. Não se trata de posição xenófoba. O Brasil está aberto às empresas estrangeiras, desde que tragam seu próprio capital.

Outra questão importante é a do atendimento às Normas Técnicas: projetos importados, via de regra, especificam componentes importados, restringindo o acesso de novos fornecedores locais.

Os juros são outro fator que precisa ser corrigido. Além de serem os mais altos do mundo, afetam negativamente a taxa de câmbio e introduzem pernicioso vetor que reduz a competitividade sistêmica das empresas brasileiras.

A aprovação do novo marco regulatório para o Pré-Sal significou expressivo avanço em relação ao regime de concessão, pois estabelece regras de capitalização e a garantia de ganhos para a União, a quem pertence parte do petróleo produzido. Além disso atribui à Petrobras a exclusividade na operação dos blocos, cria um Fundo Social e, em cada consórcio que venha a ser formado, o voto de desempate será da *Pré-Sal Petróleo SA*, empresa pública a ser constituída e integralmente controlada pela União. Isso tudo assegura o pleno atendimento dos interesses nacionais.

Assim, este pode ser o ponto de partida e o poderoso vetor para ampliar a capacidade produtiva nacional. Colocar a estrutura do Estado brasileiro apoiando as empresas privadas genuinamente nacionais, as estatais e buscando sempre o pleno emprego, o que é indispensável para o desenvolvimento soberano da Nação Brasileira.

O CLUBE DE ENGENHARIA, honrando a sua centenária história de lutas em defesa da engenharia brasileira, considera essencial a adoção das seguintes medidas para que se afirme a soberania nacional no processo de desenvolvimento:

- 01.** Priorizar licitações nacionais, com peso diferenciado e financiamento do BNDES apenas para empresas genuinamente nacionais, em detrimento de licitações internacionais.
- 02.** Estabelecer, nas licitações e encomendas internas governamentais, a exigência de conteúdo local mínimo, a ser produzido por empresas genuinamente nacionais.
- 03.** Restabelecer a diretoria de Desenvolvimento e Engenharia nas empresas estatais, para apoiar as atividades de consultoria de engenharia (estudos de viabilidade, projetos básico e executivo, supervisão e gerenciamento), indispensáveis para a especificação de produtos e componentes de fabricação nacional nos empreendimentos a implementar.
- 04.** Restringir a contratação de empreendimentos no formato EPC (Engineering, Procurement and Construction), pois vinculam as projetistas aos fabricantes e montadores, tolhendo-lhes a necessária independência intelectual e profissional.
- 05.** Restabelecer os Centros de Pesquisas em todas as empresas estatais, bem como as equipes de pesquisa aplicada e de elaboração de projetos conceituais e desenvolvimento de equipamentos modulares, para restringir a contratação de pacotes tecnológicos fechados.
- 06.** Exigir associação com empresas genuinamente nacionais, apoiadas pela FINEP e BNDES, nos Centros de Pesquisa instalados por empresas multinacionais, ou suas filiais, nos Parques Tecnológicos articulados com Universidades Públicas, federais ou estaduais, nos *Campi* dessas universidades, ou nas respectivas áreas de influência.
- 07.** Criar e dar incentivos a projetos de alta tecnologia desenvolvidos por empresas genuinamente nacionais, com associação governamental para assegurar a manutenção do efetivo controle de capital por domiciliados e residentes no Brasil.
- 08.** Criar centros de capacitação para os níveis médio e superior, com cursos de pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado em atividades tecnológicas. Ampliar de forma acelerada a capacitação de qualidade de engenheiros e demais profissionais que são necessários ao desenvolvimento do Pré-Sal.
- 09.** Dar incentivos para as empresas genuinamente nacionais, para a formação e contratação de mão-de-obra de excelência tecnológica e científica nacional e, em casos excepcionais, a contratação de consultoria estrangeira.
- 10.** Dar oportunidade às pequenas e médias empresas de integrarem os cadastros de fornecedores das estatais, para que atuem, inclusive, como subfornecedoras de materiais e equipamentos.
- 11.** Usar o poder de compra do Estado brasileiro para desenvolver tecnologia no país, encomendar aqui a elaboração de projetos de engenharia e incentivar o crescimento das empresas genuinamente nacionais.
- 12.** Criar linhas especiais de financiamento do BNDES para as empresas genuinamente nacionais, com juros da TJLP.

CLUBE DE ENGENHARIA, Rio de Janeiro, 28/11/2011

INSTITUCIONAL

AEPET e Clube lançam manifesto contra a venda do petróleo



Na primeira fila da mesa de convidados da solenidade, da esquerda para a direita, Luiz Pingelli Rosa, Clayton Guimarães do Vabo, Fernando Siqueira, Francis Bogossian, Maria Augusta Tibiriçá e Carlos Lessa

Na tarde do dia 24 de outubro, em um auditório lotado, autoridades e representantes de diversas entidades de todo o país prestigiaram a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) na comemoração de seus 50 anos de lutas pela defesa do monopólio estatal do petróleo e pela valorização do corpo técnico da Petrobras. Além de comemorar a data, a solenidade também marcou o lançamento do Manifesto pelo fim dos leilões de Petróleo, assinado pela AEPET e pelo Clube de Engenharia.

O presidente da AEPET e vice-presidente do Clube de Engenharia, Fernando Leite Siqueira, destacou a necessidade de uma mobilização constante contra os leilões. “Leilão é privatização. É a desnacionalização de uma riqueza que pode fazer o Brasil deixar de ser o eterno país do futuro para ser o país do presente, do agora”. Formaram a mesa, além de Siqueira e Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia, os homenageados com os diplomas de sócio honorário: Maria Augusta Tibiriçá, símbolo da campanha “O Petróleo é nosso” e autora do livro “A luta contra o entreguismo, pelo monopólio estatal”; Carlos Lessa, economista e ex-reitor da UFRJ; Luiz Pinguelli Rosa, físico, ex-presidente

da Eletrobras e professor da UFRJ; e o deputado Paulo Ramos, defensor do monopólio da Petrobras na constituinte de 88.

Em depoimento emocionado, Maria Augusta, aos 84 anos, falou da importância da campanha “O petróleo é nosso” e da sua batalha pessoal na preservação da memória da luta pelo petróleo, bem como sobre a participação do Clube nesse processo. “Posso afirmar sem sombra de dúvida, foi a maior e mais prolongada mobilização popular no Brasil em prol do legítimo interesse nacional. Conseguimos a vitória pela luta ininterrupta do povo brasileiro de norte a sul. Hoje, recebo esse título pedindo licença para dividi-lo com os dirigentes da campanha e com todo o povo brasileiro, verdadeiro personagem dessa história. A palavra concessão deve ser riscada do nosso dicionário. Na campanha ‘O petróleo é nosso’, o Clube já estava engajado. Hoje, mais uma vez, estamos no Clube. Há campanhas que começam e que nunca podem acabar. Essa é uma delas. E enquanto me sobrarem lucidez e vida, estarei na luta pelo petróleo do povo brasileiro”. Leia o manifesto na íntegra:

www.clubedeengenharia.com.br

Biblioteca: reforma e modernização

Fundada em 1º de setembro de 1884, a biblioteca do Clube de Engenharia guarda um dos mais relevantes acervos de obras especializadas em engenharia, arquitetura e urbanismo do Brasil. Com cerca de 15 mil livros, 200 títulos de Periódicos e outros materiais, como teses, atas, relatórios, folhetos, CDs e DVDs, está ali boa parte da história do desenvolvimento nacional.

A partir do dia 1º de dezembro, a biblioteca fechará suas portas para que seja iniciada a maior de suas transformações. Parte das comemorações dos 130 anos do Clube de Engenharia, com o patrocínio da Petrobras, a sala de leitura e a do

acervo bibliográfico serão completamente remodeladas: receberão novo projeto luminotérmico e passarão a contar com duas salas de leitura individual e uma maior, para pesquisas em grupos. Os sistemas de climatização e de segurança serão modernizados, o mobiliário trocado e terminais computadorizados darão acesso a todo o acervo.

Em maio de 2012, quando voltar a abrir as portas a sócios e pesquisadores de todo o Brasil, a biblioteca terá, ainda, 100% de suas obras catalogadas, além de diversos títulos digitalizados e algumas obras raras restauradas, fazendo jus à sua relevância na proteção e conservação da história da engenharia nacional.

O QUE VAI PELO MUNDO

Brasil se destaca em competição de ensino técnico

Estudantes do Senac e Senai conquistaram o segundo lugar no World Skills, um torneio para alunos de ensino técnico em todo o mundo. Na edição de 2011, realizada em outubro, em Londres, Inglaterra, o Brasil conquistou 11 medalhas, sendo 6 de ouro e 3 de prata, ficando atrás apenas da campeã Coreia do Sul, que levou 21 medalhas. O desempenho dos estudantes foi melhor que o obtido há dois anos, no Canadá, quando o Brasil ficou em terceiro lugar. O torneio tem padrões internacionais de qualidade e há um rigoroso processo de seleção que envolve etapas interescolares, regionais e uma etapa nacional, a Olimpíada do Conhecimento, realizada a cada dois anos pelo Senai.

Fonte: G1 em 09/10/11

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Comprometido com a educação e com a inovação, como já é tradição, o Clube de Engenharia participa, mais uma vez, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada entre os dias 17 e 23 de outubro. Em 2011, o tema escolhido foi “Mudanças Climáticas, desastres naturais e prevenção de riscos”, assunto que há algum tempo permeia trabalhos de comissões especiais, divisões técnicas, conselho diretor e diretoria do Clube de Engenharia. O estande do Clube foi montado no campus Tijuca da Universidade Veiga de Almeida, um dos 103 espaços que receberam as mais de 1.600 atividades da SNCT no Rio de Janeiro.

Entre os destaques da participação do Clube de Engenharia na feira está a presença do conselheiro e chefe da divisão técnica de Ciência e Tecnologia, Miguel Angelo Gaspar, que conversou com estudantes e com a coordenação da universidade e dos demais expositores e palestrantes sobre o trabalho do Clube e possíveis parcerias. Além do Clube, a Microsoft, Eletronuclear, Ampla, Emop, Petrobras, entre outras, participaram do evento com palestras ou como expositores. A SNCT é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que mobiliza universidades, entidades civis e poder público e tem como objetivo reunir jovens e crianças em todo o país em torno de um tema central, além de levar ao povo brasileiro debates relevantes da área científica e suas aplicações práticas.

SOCIAL

Merecida homenagem aos 80 anos de Saturnino Braga

No dia 13 de outubro o Clube de Engenharia celebrou data especial. Um grande almoço foi oferecido em homenagem às oito décadas de vida de um de seus mais ilustres sócios, patrimônio da história da cidade do Rio de Janeiro e do país. Conselheiro do Clube de Engenharia pela terceira vez (mandatos de 1991 a 1994; 1995 a 1998; 2010 a 2013) e ex-chefe da divisão técnica de Ciência e Tecnologia (DCTEC) entre 2009 e 2011, Roberto Saturnino Braga é símbolo da luta pela independência e soberania nacional, ao longo de uma grande carreira política. Foi deputado federal e diversas vezes eleito senador. Também foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1986 a 1988 – o primeiro após a ditadura militar –, cargo que lhe fez enfrentar muitos dissabores resultantes da postura do governo federal com os cariocas.

Além do próprio Saturnino, ocuparam a mesa principal do evento, sua esposa, Eliane Saturnino Braga; Francis Bogossian, presidente do Clube; Luiz Edmundo Barbosa, subsecretário de Ciência e Tecnologia; Agostinho Guerreiro, então presidente licenciado do Crea-RJ; Virginia Salerno, diretora de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia e amiga de longa data de Saturnino; e Jorge Bittar, secretário de Habitação do município do Rio de Janeiro.

Diretores, conselheiros e associados do Clube lotaram o salão e em clima de grande emoção fizeram depoimentos sobre o legado de Saturnino para a política nacional. "Saturnino é uma grande figura da cidade do Rio de Janeiro. É uma honra poder render homenagens à fantástica história de vida de um homem que, como figura pública e servidor do seu país, sempre adotou posturas humanistas", destacou Bittar. O presidente do Clube completou. "Boa parte dos seus 80 anos foram dedicados aos interesses soberanos do povo, do país e da cidade do Rio, sempre primando pela transparência e pela gestão responsável da coisa pública", declarou Francis.

Muito emocionado, Saturnino falou de seu trabalho no BNDES em dois grandes momentos: na criação do banco e, mais tarde, quando se torna o maior banco de fomento do mundo, nos anos 1970. Também lembrou a época mais difícil de sua carreira política. "De toda a minha vida política, a passagem pela prefeitura do Rio foi, sem dúvida, o que mais me marcou. Enfrentamos problemas sérios quando o governo federal cortou nossas verbas, principalmente devido ao tamanho

da rede escolar e hospitalar da cidade que havia sido a capital. Em dado momento, ficou inviável governar. Apesar disso, lembro com carinho da experiência pioneira por nós implantada de gestão participativa da cidade, da construção dos 12 pólos de ciência e tecnologia, da criação das secretarias de cultura e transportes. Fiquei com fama de 'o homem que faliu o Rio'. Paciência. A política é assim mesmo. Na época, deixei a prefeitura em depressão e foi aí que descobri meu amor pela literatura. Valeu a pena", concluiu.

Luiz Edmundo, que foi secretário de Saturnino na prefeitura, ilustrou o desafio enfrentado na época. "Antes da constituição de 88, o orçamento do município do Rio de Janeiro estava sempre no patamar de 500 milhões de dólares, para uma população de 5 milhões de habitantes. Agora, para uma população de 6 milhões mais ou menos, o orçamento é de cerca de 9 bilhões de dólares, o equivalente a 16 bilhões de reais. O orçamento aumentou cerca de 1700%. Os números deixam claro com o que lidávamos na prefeitura".



Katja Schliro

Ao lado da esposa, do filho e dos amigos - conselheiros e sócios do Clube de Engenharia - Saturnino comemora 8 décadas de uma bela história de vida e brilhantes carreiras profissional e política

Mix Mídia



Duaia Vargas, presidenta da ABEA, brinda aos 74 anos de lutas e vitórias da ABEA

A Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA) comemorou em grande estilo os 74 anos de luta pela igualdade de gênero e pela manutenção do espaço con-

Carmem Velasco Portinho lutaram e venceram. Hoje, temos o orgulho de ter uma presidenta e várias ministras, mulheres ocupando os cargos máximos da política nacional", destacou Duaia

ABEA comemora 74 anos e lança sua primeira revista

quistado pelas mulheres em uma área como a engenharia, majoritariamente masculina.

Fundada em um tempo em que o acesso da mulher à universidade não era permitido, a ABEA festejou seus 74 anos em um momento ímpar para as mulheres. "Nossas 11 pioneiras, sob a coordenação de

Vargas, presidenta da ABEA.

Duaia também destacou a necessidade de somar forças para que o Brasil possa aproveitar o momento de grandes oportunidades para o seu desenvolvimento e defendeu um ensino mais desafiador e constante: "O mundo mudou com grande velocidade e o Brasil não acompanhou a evolução social e tecnológica, o que determinou dificuldades no mercado de trabalho. Somente com uma reforma no ensino poderemos deixar de abrir as portas a estrangeiros. Nossos profissionais precisam de inovações tecnológicas, as universidades devem apresentar aos seus alunos um conteúdo que permitam encarar os desafios de um país em franco desenvolvimento".



PUC: setenta anos de excelência na formação humanística

O tradicional almoço dos aniversariantes de outubro comemorou os 70 anos de uma das mais conceituadas universidades do país – a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) –, que recebeu do Clube uma bela homenagem pelo seu reconhecido comprometimento com a formação de profissionais com uma sólida visão humanística.

O presidente do Clube, Francis Bogossian, destacou as marcas da universidade, a excelência na formação, o investimento no empreendedorismo e a participação ativa nos destinos do país. “É preciso enfatizar a participação da PUC-Rio na vida do nosso país e cidade. Um dos melhores exemplos foi a atuação de Alceu Amoroso Lima, pensador católico, escritor e professor de literatura, que teve participação importantíssima como intelectual progressista, pugnando pela abertura do regime autoritário nos anos 60, 70 e 80”, lembrou, ao entregar a placa comemorativa ao reitor da PUC-Rio, o padre Josafá Carlos de Siqueira. Francis citou, ainda, os presidentes do Clube que se formaram pela Faculdade de Engenharia da PUC-Rio: Renato da Silva Almeida, graduado em engenharia civil em 1958 e presidente do Clube

entre 2000 e 2003 e o engenheiro Heloi José Fernandes Moreira, graduado em engenharia elétrica em 1970 e presidente de 2006 a 2009.

O padre Josafá Carlos de Siqueira destacou o relevante papel que as engenharias tiveram na

no Brasil. Josafá retribuiu a homenagem entregando ao Clube o Diploma de Honra ao Mérito e a Medalha dos 70 anos da PUC-Rio em homenagem ao centenário esforço do Clube de Engenharia pela educação e pela engenharia nacional.

Fernando Alvim



Francis entrega placa ao reitor Josafá Carlos de Siqueira em homenagem aos 70 anos da PUC. No detalhe, os aniversariantes de outubro

Também estiveram presentes no almoço Pedro Magalhães Guimarães Ferreira, presidente da Associação Mantenedora e da Fundação Pe. Leonel Franca da PUC-Rio; Francisco Ivern, vice-reitor da universidade; José Ricardo Bergmann, vice-reitor para Assuntos Acadêmicos; Sergio de Almeida Bruni, vice-reitor de Desenvolvimento; Augusto Luiz Duarte Sampaio, vice-reitor Comunitário; Hilton Augusto Koch, decano do Centro de Ciências Biológicas e Medicina; Reinaldo Calixto de Campos, decano do Centro Técnico-Científico; Andréa Clapp Salvador, vice-decana do Centro de Ciências Sociais e Andréa Cecília Ramal, presidente da Associação de Antigos Alunos da PUC-Rio.

longa história da universidade e o trabalho que a PUC-Rio faz hoje junto aos governos estadual e federal para a melhoria dos cursos de engenharia

vador, vice-decana do Centro de Ciências Sociais e Andréa Cecília Ramal, presidente da Associação de Antigos Alunos da PUC-Rio.

CAFÉ COM O PRESIDENTE

Kaija Schilliro



Francis troca experiências com os mais de 100 alunos de engenharia da PUC-Rio

seu lugar de direito de entidade respeitada e presente nas decisões técnicas do poder público e vocês são parte importante nessa conquista”.

Cerca de 100 alunos dos cursos de engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro lotaram o auditório do 20º andar e a sala de reuniões da presidência para mais uma edição do Café com o Presidente. Além de falar um pouco da história de sua vida, Francis lembrou o papel que o Clube ocupa na vida do estado e do país e da importância dos jovens nesse processo. “O Clube de Engenharia reconquista aos poucos o

Descontos oferecidos pelo Clube de Engenharia

FACHA (cursos de pós-graduação) • UniCarlioca • Universidade Estácio de Sá • Universidade Federal Fluminense (pós-graduação) • Universidade Veiga de Almeida • Centro de Estudos Alexandre Vasconcelos (Ceav) • Pousada Vale Verde de Teresópolis Ltda • Elza Lentes de Contato • Ótica Cristã Nissi • Ótica Maison de Vue • Ótica Anjos dos Olhos • Ótica Especializada Alina • Colégio e Curso Intellectus • Manoel Crispun Materiais de Construção • Fonoclinica Produtos Médicos Ltda • Dartigny Moda Masculina • DC Grill Churrascaria • Restaurante Zanzarba • Crafipark S/C Ltda • Colégio Mary Poppins • Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina • Kerala Clínica de Terapias Alternativas e Reabilitação Física • Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) • Universo Physio Pilates • Clínica Odontológica New Quality
www.clubedeengenharia.org.br/descontos.htm



Um novo conceito de liderança

As grandes organizações, para sobreviverem à inconstância do mercado, passaram a buscar diferenciais e estão focando na gestão de pessoas, concentrando atenção especial no desenvolvimento de suas lideranças. Para discutir a importância dos líderes em impulsionar resultados organizacionais, a União Brasileira para a Qualidade (UBQ), em parceria com a divisão técnica de Engenharia Industrial (DEI), promoveu, no dia 18 de outubro, a palestra “A Nova Liderança e Suas Exigências”, que deu continuidade ao ciclo de encontros técnicos sobre a Qualidade para difundir os conceitos das práticas de gestão e organização.

A palestrante convidada, consultora em desenvolvimento profissional, psicóloga, pós-graduada em psicologia organizacional e recursos humanos da fundação Getúlio Vargas, além de ser especialista no desenvolvimento de pequenos, médios e grandes grupos, Ilma Lima, informou que “com o tempo o conceito de líder foi se modificando, e a necessidade do mundo atual é de uma liderança integral, em que o profissional seja líder em sua totalidade”. Ilma focou a palestra nos novos paradigmas da liderança em uma era de mudanças. “Os valores, visão, missão e clima da empresa têm que ser estudados pelo líder, que terá como desafio internalizar isso em todos. O recrutamento e seleção hoje está verificando se o candidato compartilha desses valores com a instituição, e não só se está apto ao cargo na parte técnica”, declara. “Gerenciar é administrar. Liderar é inspirar pessoas”, concluiu Ilda.



DTEs em AÇÃO

Conselho Coordenador das DTEs planeja e organiza ações para 2012

Na reunião de novembro do Conselho Coordenador das DTEs, que reúne mensalmente os chefes de cada uma das 19 divisões técnicas e a diretoria Técnica do Clube de Engenharia, o diretor Técnico Paulo Metri abriu a reunião abordando o trabalho do Clube na área da política industrial, especificamente em defesa das empresas brasileiras de capital nacional. “A nossa proposta é que órgãos de financiamento só invistam em empresas genuinamente nacionais. As exceções são os casos de empresas estrangeiras que fabricam, em nosso território, produtos fundamentais para a economia nacional e que não têm concorrência de empresas brasileiras”, explicou.

Além da perspectiva de que 2012 terá a política industrial como um dos temas centrais, o trabalho das DTEs junto a outras entidades, por meio de parcerias, também foi destaque na reunião. Guilherme Pereira, da divisão técnica de Geotecnia (DTG) falou sobre o apoio do Clube à Academia Nacional de Engenharia nas ações do recém-criado Comitê de Prevenção e Mitigação de Catástrofes, coordenado pelo presidente Francis Bogossian. “Nosso objetivo, afirmou, é organizar novos debates técnicos com a presença de representantes dos ministérios das Cidades, Minas e Energia, Integração Nacional, além da defesa civil e de grandes nomes da área que hoje trabalham isoladamente”, explicou. Na mesma direção caminha a divisão técnica de Tecnologia da Informação (DETI), que historicamente já desenvolve ações em parceria e busca ampliar cada vez mais a prática das ações comuns com entidades de diversos segmentos sociais.

A necessidade de maior integração entre as próprias DTEs foi lembrada por Paulo Murat, chefe da divisão técnica de Engenharia Química (DTEQ): “todo e qualquer assunto ligado à engenharia nacional deve sempre congregar, de forma igualmente ativa, duas ou três divisões técnicas em sua organização e estruturação”. Entre os temas que serão trabalhados, no primeiro semestre de 2012 pela divisão que coordena estão os agrotóxicos e a vigilância sobre o seu uso, a reciclagem de pneus e os bueiros. Parte do trabalho da divisão de Construção (DCO) estará voltado para os debates sobre a retomada do túnel extravasor como solução para as enchentes cariocas, segundo informou Ricardo Khichfy, chefe da DCO.

Criando praias sustentáveis

O fenômeno que corresponde ao processo de erosão da linha de costeira ocasionado pela ação das ondas e marés, e que vem acarretando a destruição do calçamento da orla marítimas de diversas praias foi o tema abordado na palestra “Processos Erosivos Costeiros – Engordamento de Praias” ministrada por Domênico Accetta, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) que aconteceu no dia 4 de outubro na sede do Clube de Engenharia, promovida pela Divisão Técnica de Recursos Hídricos e Saneamentos (DRHS).

Fundado em 1959, o INPH, parte do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, era parte de um conjunto de ações estruturantes e estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com Domênico, o Instituto está diretamente ligado ao papel essencial dos portos e hidrovias no desenvolvimento nacional para o escoamento de nossa produção, proporcionando desenvolvimento, emprego e renda. “Projetos portuários e costeiros estão sendo desenvolvidos em todo o país. No total são 53 sendo implantados”. Domênico também alertou sobre a importância de colocar em prática esses projetos e ampliar a quantidade de portos, além de serem realizadas dragagens de qualidade, o que segundo pesquisas, não ocorre a mais de 25 anos.

A experiência e a expertise acumuladas pelo instituto podem, segundo Domênico, oferecer melhorias e procurar soluções no que se refere ao processo de erosão costeira. O palestrante usou como exemplo a praia de Marataízes, localizada no Espírito Santo, onde casas e o calçadão foram

construídos muito próximos à praia, o que causou a destruição das dunas costeiras. “Foi feita a proteção costeira longitudinal e com espigões perpendiculares, porém o resultado foi ineficiente e sem atrativos para os turistas. Os espigões são estruturas metálicas perpendiculares à praia, que funcionam bloqueando parte do transporte litorâneo”, explicou.

Uma nova obra, executadas no período de 12 meses, foi idealizada pelo INPH. Um novo esquema de proteção costeira fornece proteção contra ressacas, gerando praias expostas e atrativas para fins recreativos. A tentativa é evitar correntes perigosas e perda de sedimentos ao longo da estrutura costeira. Para isso foram usados quebra-mares semi curvos, chamados de promontórios, que recuperam toda a praia erodida. O engordamento fez com que elevasse e alargasse a praia, mantendo integradas as estruturas eficientes com a paisagem da costa.

Para Domênico, o sucesso das obras para a contenção do processo erosivo realizadas pelo INPH se deve a três conceitos: “O primeiro passo é restabelecer a linha de corte, sem fazer intervenção; o segundo é manter o fluxo hidrodinâmico; e o terceiro é sair do convencional, inovar em questões estruturais”.

Ao concluir Domênico deixou uma mensagem. “Praias sustentáveis e de boa qualidade podem ser criadas respeitando a natureza. A combinação é possível através de um estudo de transformação, das estatísticas e das variações sazonais nas condições das ondas além de um transporte litorâneo de sedimentos”.

DRM atenta aos movimentos em Brasília

O primeiro evento da recém-empossada divisão técnica de Recursos Minerais, sob a chefia de Benedicto Rodrigues, iniciou seu ciclo de palestras do ano com assunto de ex-



Fernando Siqueira, Débora Tossi, Benedicto Humberto Rodrigues, Cássio Roberto da Silva, e Antonio Soares Monteiro debatem os rumos do setor mineral no Brasil

trema relevância para toda a nação. Em debate, as riquezas do país representadas por suas reservas de minério. O momento é decisivo para o setor. No Congresso, a mudança nas regras da distribuição de royalties da exploração mineral, de concessão e criação de uma agência nacional para regular e fiscalizar o setor estão em pauta. Para reunir subsídios para esse debate e para o posicionamento do Clube de Engenharia sobre o assunto, a mesa redonda “O setor mineral no Brasil”, realizada no dia 06 de outubro, reuniu autoridades e especialistas no assunto. “É importante que a sociedade possa acompanhar o que está acontecendo em Brasília”, destacou Benedicto.

Para apresentar o panorama do setor mineral no país, não só do ponto de vista técnico, mas também político, a mesa de abertura contou com a participação de Paulo Metri, diretor de Atividades Técnicas; José de Riba-

mar Bezerra, presidente da Associação Profissional dos Geólogos do Estado do Rio de Janeiro; e William Paulo Maciel, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia. Segundo Metri, “o Clube de Engenharia concorda com os que entendem que a atividade de mineração é muito pouco tributada. Enquanto se debate como

financiar a saúde, a mineração contribui muito pouco tributariamente. A Vale, por exemplo, tem lucros de US\$ 6 bilhões em um trimestre. Fico pensando o quanto isso é da eficiência da empresa e o quanto é imposto que deixou de ser cobrando e deveria ir para a indústria brasileira”. O presidente da ABG, ex-funcionário do Serviço Geológico do Brasil (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM), esclareceu que o Brasil ainda não é um país geologicamente conhecido e que a atuação da CPRM nunca foi plenamente inserida no planejamento nacional, limitando orçamentos e impedindo atividades mais intensas na área.

Na segunda mesa do evento participaram Cássio Roberto da Silva, representando o presidente da CPRM, Manoel Barretto; Antonio Soares Monteiro, do Departamento Nacional de Produção Mineral; Fernando Siqueira, segundo vice-presidente do Clube de Engenharia e presidente da

AEPET; e Débora Tossi, Diretora de mineração do departamento de Recursos Minerais do Estado do RJ, que abordaram o panorama atual e o futuro que se desenha para o setor mineral no Brasil. A questão mineral, no atual governo, é considerada fator de grande desenvolvimento. Cada vez mais, cresce o investimento no mapeamento da geodiversidade como uma obra estruturante. Segundo Cássio Roberto, trata-se de algo inédito, uma vez que a pesquisa mineral foi esquecida até bem pouco tempo. Sobre o novo código de mineração, Cássio destaca a oportunidade que pode surgir para pequenas e médias mineradoras. “O pequeno empreendedor gera emprego, gera renda e diversifica os proprietários do subsolo nacional. Além disso, é preciso haver uma exploração racional, que pense o meio ambiente como parte de todo o projeto”.

Antonio Soares destaca que os avanços internos no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) refletem as mudanças. “Estamos renovando nossos quadros e nossa estrutura interna, com novas diretorias e setores na área de planejamento e arrecadação. O crescimento do setor pode ser percebido também pela arrecadação. Em 2003, arrecadamos R\$ 150 milhões. Hoje, já arrecadamos R\$ 1,2 bilhão, apenas de compensação financeira”, explicou.

Fernando Siqueira deu ênfase à importância de se proteger a riqueza nacional e ao fato do passado recente apontar para o oposto disso. “O governo Fernando Henrique promoveu uma reforma profunda da ordem econômica e desmontou a soberania nacional. Extinguindo a diferença entre empresa brasileira de capital nacional e estrangeiro, ele abriu o nosso subsolo para empresas estrangeiras”, alertou.



ROYALTIES

Katja Schiliró



Diretores, conselheiros e associados caminham entre os 150 mil pelos royalties do Rio

A luta pelos royalties do Rio

Mais uma vez, Clube de Engenharia marcha com 150 mil pessoas na Avenida Rio Branco em defesa dos interesses do Rio

O Clube de Engenharia marcha em defesa do Petróleo, dos Royalties e do Rio". Essa era a mensagem da faixa que saiu do Edifício Edison Passos com diretores, conselheiros, sócios e funcionários que se uniram a 150 mil pessoas que tomaram a Avenida Rio Branco no ato "Contra a Injustiça – Em defesa do Rio" na tarde do dia 10 de novembro. Ainda na porta do Clube, o deputado Miro Teixeira se dirigiu aos manifestantes com um megafone: "Esse é o Clube de Engenharia. Uma entidade que sempre esteve presente nas principais lutas do povo brasileiro e que hoje caminha com ele para que sejam respeitados os contratos e as conquistas do povo fluminense".

A grande mobilização tem como objetivo barrar a proposta aprovada pelo Senado que representa um prejuízo de R\$ 125,6 bilhões para os cofres do estado do Rio até 2020. Dos R\$ 21 bilhões em royalties pagos hoje – referentes apenas ao pós-sal –, o Rio de Janeiro fica com 9 bilhões.

O presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian, dividiu o palco na Cinelândia com o

governador Sérgio Cabral, o prefeito Eduardo Paes e o presidente da Assembleia Legislativa, Paulo Mello, além de deputados, senadores, e representantes de diversos segmentos sociais. Segundo Luiz Fernando Pezão, vice-governador do Rio, a presença do Clube de Engenharia na manifestação foi fundamental. "Nós precisamos da força das entidades na conscientização da população para a relevância do tema", afirmou.

O secretário de Habitação do município do Rio, Jorge Bittar, destacou a história do Clube de Engenharia nas lutas democráticas. "O Clube estava presente em todo o movimento pela abolição da escravatura, tomou as ruas na luta pela de-

mocratização do país e na campanha 'O Petróleo é nosso', sempre agiu ativamente pela defesa da engenharia e do desenvolvimento nacional. É óbvio que jamais estaria ausente desse momento decisivo para o estado. Mais do que nunca, o Clube de Engenharia está afinado com as legítimas reivindicações do nosso estado e do nosso país", afirmou. Luiz Edmundo Horta Barbosa, diretor do Clube e subsecretário de estado de Ciência e Tecnologia, destacou a importância dos royalties para o estado. "A ciência e a tecnologia desenvolvidas aqui, no Rio de Janeiro, já contribuíram muito para o sucesso das descobertas e extração do petróleo. Nada mais justo que os recursos do petróleo sejam revertidos para que o estado se desenvolva ainda mais", destacou.

FRENTE PRÓ-RIO NA BATALHA DO PETRÓLEO

A análise da repercussão da manifestação pelos royalties do Rio e o atual cenário no Congresso Federal mobilizaram os participantes da última reunião da Frente Pró-Rio que, na manhã do dia 21 de novembro reuniu, no Clube de Engenharia, representantes de entidades de classe, dos tribunais de conta do estado e do município e gestores públicos. De acordo com o deputado federal Otavio Leite (PSDB/RJ), se o estado do Rio, que recebe R\$ 9 bilhões dos R\$ 21 bilhões em royalties pagos hoje, conseguir apenas garantir o que já está assegurado do pós-sal, ainda que a divisão do pré-sal seja diferente, já será uma vitória. "Uma batalha federativa está sendo instalada", destacou. A bancada do Rio tem 46 deputados. Espírito Santo, outro estado produtor, tem 13. São Paulo, que talvez apóie o Rio, tem 70. São 129 contra os 384 dos outros estados.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124

CEP 20148-900 - Rio de Janeiro

Tel.: (21)2178-9200 Fax: (21)2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

